

Classificação: um dos problemas fundamentais da Arquivística contemporânea.

Renato Tarciso Barbosa' de Sousa

Desde que se começou a registrar a história em documentos, surgiu para o homem o problema de organizá-los (f.R. Schellenberg)

Escavações arqueológicas demonstraram a existência de arquivos reais, religiosos e privados na Antiguidade. Nos suportes da informação (tijolos de argila, papiro, pergaminho, papel etc.) eram registrados os resultados das atividades dos homens que os conceberam. À medida que os grupos organizados sentiram a necessidade de conservá-los, tomou-se mister organizá-los. Desde então, vários foram os métodos utilizados.

Presume-se que na Mesopotâmia, os tijolos de argila (tabletes) eram amontoados em pilhas com inscrições nas bordas para evitar o manuseio desnecessário. Na Roma Antiga, os diários de justiça (comentarii diurni), registravam, em ordem cronológica, os documentos expedidos e recebidos. Na Idade Média, a Igreja foi a herdeira e a difusora, bem como de outras práticas, desse tipo de classificação dos documentos. Um único elemento, neste caso, era utilizado para definir a ordenação, o produtor-emissor.

Com os trabalhos de Baldassare Bonifacio (1632), Pierre-Camille Le Moine (1765), Chevrères (1775), Batteney (1775) e Mariée (1779) inicia-se uma nova fase de elaboração das práticas e princípios arquivísticos. Entretanto, somente a partir do final do século XIX, com a publicação do Manual de arranjo e descrição dos arquivistas holandeses, é que a Arquivística assume aspectos de uma disciplina do saber humano. Colaborou para isso o aparecimento de especialistas de renome internacional e um corpo doutrinário fundado sobre uma reflexão teórica.

A urbanização, a expansão das atividades do Estado, o aparecimento de novas tecnologias e a banalização dos meios de reprodução criaram as condições para o crescimento vertiginoso da produção documental. Este novo cenário subverte as práticas arquivísticas tradicionais. O marco desta fase é a elaboração do relatório da Comissão Hoover, criada pelo presidente norte-americano Truman, em 1947, e a publicação, em 1956, de Arquivos modernos: princípios e técnicas, de T. R. Schellenberg. São estas duas publicações que lançaram as bases para a formulação da Teoria das Três Idades.

Concebida no mundo anglo-saxão, a Teoria das Três Idades é a origem de uma Arquivística que não reconhece nenhuma distinção de natureza entre os documentos administrativos e os conservados para fins históricos, culturais. Trata-se de usos diferentes para a informação acumulada. Deste fato, a gestão de

documentos administrativos e a preservação dos históricos não devem ser compreendidos como duas especialidades separadas, mas como partes de um mesmo processo. Nasce aí o embrião de uma Arquivística integrada, conceito herdado do arquivista canadense Carol Couture, da francesa Christine Pétilat e de experiências avançadas realizadas em Brasília.

Os arquivos, ao contrário das bibliotecas ou de outros tipos de coleções, não constituem um conjunto de documentos formado em vista de uma finalidade específica: eles representam, mais que tudo, o produto da atividade do organismo ou da pessoa. A partir daqui, por clareza expositiva, adotaremos o termo entidade para designar tanto a pessoa física, quanto a jurídica acumuladora de documentos (produzidos e/ou recebidos). Entender o modo como as entidades se estruturam e como executam suas funções e atividades, é compreender como a informação é acumulada. O registro documental é resultado de um ato específico desenvolvido e, na maioria dos casos, cotidianamente repetido. A gênese documental se dá quando a entidade tem algo a cumprir, a provar, a determinar.

Os documentos, à medida que vão sendo acumulados, estabelecem relações entre si. O significado dos mesmos necessita desta relação. Eles estão unidos por um elo que é criado no momento em que são acumulados, o qual é determinado pela razão de sua produção e o qual é necessário à sua própria existência e à sua capacidade de cumprir seu objetivo. Os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais. Nesta perspectiva, a Arquivística define como seu objeto a informação, libertando-se da relação positivista com o documento-suporte. O conteúdo se sobrepõe ao formato físico.

Após o registro das informações em suportes (papel, mídia magnética, microfilme, películas fotográficas, películas cinematográficas etc.) é necessário mantê-las, pelos valores administrativos, técnicos, legais, fiscais, probatórios, culturais e históricos que possam conter.

Esta caracterização e identificação da origem das informações arquivísticas tem como objetivo definir em que se fundamenta a classificação. Na perspectiva da Arquivística integrada, esta operação não é independente ou autônoma. Ela se coloca no bojo de um processo de organização técnico-científica dos arquivos, onde se inclui o gerenciamento dos prazos de guarda, das correspondências, dos formulários, das listagens, dos informativos, dos processos e, também, dos equipamentos e materiais de reprografia, de armazenamento e de acondicionamento.

Há uma variedade de métodos e critérios com que são classificados os documentos. Estes, são, em sua maioria, construções empíricas. Baseiam-se em elementos, tais como:

a data; os caracteres externos (espécie documental); o produtor; a origem geográfica; o tema (assunto). A classificação por assuntos predominou até o início do século XIX, quando formulou-se na França um dos princípios fundamentais da Arquivística: o respeito aos fundos.

A classificação de documentos arquivísticos deverá ser resultado de uma pesquisa onde se possa obter dados sobre a estrutura, funções e atividades desenvolvidas pela entidade e das tipologias documentais existentes. A partir destes dados é possível elaborar uma proposta preliminar de classificação. O resultado pode ser um plano de classificação (arquivo corrente), um plano de destinação (massa documental acumulada) ou um quadro de arranjo (arquivo permanente) com uma estrutura que vá do geral para o particular, com conjuntos de informações (séries, subséries, maços e peças) ordenados logicamente e com

títulos mnemônicos, isto é, que representem o conteúdo do conjunto.

Adotando este método é possível manter o elo que une os documentos e resgatar a ação e o ato que os geraram. A classificação, como está sendo proposta pela Arquivística integrada, quando concebida na origem, isto é, no momento em que as informações estão sendo acumuladas, garantiria não só o respeito à proveniência, mas, inclusive, a adoção posterior da ordem original.

A elaboração de instrumentos intelectuais que possam ser apreendidos, entendidos e utilizados é uma das principais tarefas do arquivista.